


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 13 de dezembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **Júlio César Franceschet**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1008900-14.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Valdecy Aparecida Vicente de Souza**
 Requerido: **Luciana Aparecida Rodrigues**

Justiça Gratuita

SENTENÇA

Vistos.

VALDECY APARECIDA VICENTE DE SOUZA, já qualificada, ajuizou a presente ação de despejo por falta de pagamento c.c. cobrança de aluguéis contra **LUCIANA APARECIDA RODRIGUES**, também qualificada, alega em síntese, que através de contrato verbal locou para a requerida o imóvel especificado na inicial. A a requerida não vem honrando o pagamento dos aluguéis explicitados na inicial. Pede a procedência do pedido, com a rescisão do contrato de locação, decretação do despejo e condenação no pagamento dos aluguéis constantes da inicial e os vincendos (fls. 01/06). Trouxe procuração e documentos (fls. 07/21).

Regularmente citada (fls. 51), a requerida deixou transcorrer "in albis" o prazo para resposta, conforme certificado a fls. 54.

É o relatório. Fundamento e DECIDO.

Registro, inicialmente, que a demanda comporta julgamento antecipado diante da revelia da parte requerida, nos termos do art. 355, inc. II, do CPC.

No mérito o pedido é **PROCEDENTE**.

A parte requerida não ofereceu qualquer resistência quanto à matéria fática alegada na inicial. O direito discutido nos autos é disponível e não há motivos jurídicos para deixar de se reconhecer os efeitos da revelia no tocante à matéria fática.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

Com efeito, a parte ré, devidamente citada (fls. 51), não apresentou contestação, deixando, assim, de oferecer qualquer resistência à pretensão da parte autora, tornando-se revel.

Logo, no caso sub judice, deve ser aplicado o que preceitua o art. 344 do Código de Processo Civil: **“Art. 344. Se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor”**.

Como ensinam Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, **“a decretação da revelia produz efeitos de ordem material e processual. O efeito material da revelia está em que as alegações fáticas formuladas pelo autor na petição inicial são consideradas verdadeiras diante do silêncio do réu”** (In. Novo Código de Processo Civil Comentado, Editora RT, 2016, p. 371).

Assim, na espécie, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial, confirmando a mora contratual em que incorre a locatária.

Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, julgo **PROCEDENTE** a demanda, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC, para o fim de decretar o despejo da requerida do imóvel descrito na inicial, rescindindo o contrato e condenando-a, ainda, ao pagamento dos valores referentes aos aluguéis e encargos não honrados, constantes da inicial e os vencidos, arcando a requerida com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor do débito atualizado.

Nos termos do artigo 63, § 1º, "b" da Lei 8.245/91 fixo o prazo de quinze (15) dias para desocupação voluntária do imóvel, sob pena de execução forçada.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 13 de dezembro de 2018.

Júlio César Franceschet

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)